



Número: **0810237-13.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26022 243	07/11/2019 15:39	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
26022 589	07/11/2019 15:39	<a href="#">INICIAL</a>	Informações Prestadas
26022 592	07/11/2019 15:39	<a href="#">PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Procuração
26022 595	07/11/2019 15:39	<a href="#">RG</a>	Documento de Identificação
26022 598	07/11/2019 15:39	<a href="#">COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
26022 950	07/11/2019 15:39	<a href="#">BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
26022 951	07/11/2019 15:39	<a href="#">LAUDO MÉDICO ORTOTRAUMA</a>	Documento de Comprovação
26022 953	07/11/2019 15:39	<a href="#">PRONTUÁRIO MÉDICO ORTOTRAUMA</a>	Documento de Comprovação
26022 954	07/11/2019 15:39	<a href="#">PAGAMENTO ADMINISTRATIVO</a>	Documento de Comprovação
26023 923	07/11/2019 15:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
26023 937	07/11/2019 15:53	<a href="#">JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS</a>	Outros Documentos
26023 939	07/11/2019 15:53	<a href="#">GUIA DE CUSTAS</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
26039 750	08/11/2019 07:39	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
26039 756	08/11/2019 07:40	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
26926 900	10/12/2019 12:28	<a href="#">Petição</a>	Petição
26927 304	10/12/2019 12:28	<a href="#">REITERAÇÃO DE PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA</a>	Informações Prestadas
26927 316	10/12/2019 12:28	<a href="#">CTPS</a>	Documento de Comprovação
26927 328	10/12/2019 12:28	<a href="#">GUIA DE CUSTAS CORRETA</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
27092 441	10/01/2020 13:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27502 337	16/01/2020 15:33	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

27502 338	16/01/2020 15:33	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
27742 222	28/01/2020 10:00	<a href="#">Intimação do Réu - BRADESCO</a>	Certidão Oficial de Justiça
27742 225	28/01/2020 10:00	<a href="#">Contrafé</a>	Devolução de Mandado

SEGUE PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
DISTRITAL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA-PB

**LUIS EDUARDO JUSTINO FRANÇA**, brasileiro, solteiro, caixa, portador do RG nº. 4.047.444 SSS/PB inscrito no CPF sob nº 116.832.424-67, residente e domiciliado no Parque Sólon de Lucena, nº 205, Apto 104, Bloco B, Centro, João Pessoa, CEP 58.013-131, no Estado da Paraíba, vem à presença de Vossa Excelência, por seus advogados abaixo assinados, com escritório profissional sito à Avenida Coremas, nº 172, bairro Centro, João Pessoa, CEP 58.013.430 no Estado da Paraíba, propor a presente...

---

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO - DPVAT**

---

em face da **BRADESCO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado com sede à Rua Josefa Taveira, nº 314, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58.055-000, inscrita no CNPJ sob nº 33.055.146/0001-93, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

### **1. PRELIMINARMENTE.**

#### **1.1 DA JUSTIÇA GRATUITA**

---

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que seja deferido o benefício de Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, por não ter o Promovente condição de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, conforme declaração acostada à presente inicial.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



## 1.2 DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

---

Insta ressaltar, que o foro competente para apreciar demandas cujo objeto, seja a cobrança do seguro DPVAT, deverá ser fixado segundo o livre discernimento do Autor, conforme preconiza a Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

**Súmula 540 – STJ: Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.**

Sendo assim, fazendo uso da faculdade que lhe confere a Súmula retro mencionada, a Promovente **REQUER SEJA FIXADA A COMPETÊNCIA DESTES JUÍZOS PARA APRECIAR E JULGAR A PRESENTE DEMANDA**

## 1.3 DA LEGITIMIDADE PASSIVA

---

O artigo 7º da Lei 6.194/74 determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório ou as diferenças não pagas.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, inclui-se a Ré.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Civ. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).**

**“SEGURO OBRIGATÓRIO – LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS – É da responsabilidade da seguradora o pagamento de indenização à, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas consequências danosas. A nova sistemática obriga indistintamente todas as seguradoras consorciadas, integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e da capitalização. TA-PR. Ac unânime da 2ª Câmara Cível de 06/03/1996 – Ap. 87.558-3 – Rel. Juiz Roberto Costa – “A Marítima” Cia de Seguros x Cleuza Mara de Carvalho).**

Portanto, resta comprovada a legitimidade passiva da Ré devendo a mesma permanecer no polo passivo da demanda, vez que a legislação de regência é expressa nesse sentido.

## **1.4 DA DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.**

---

Tendo em vista que a Seguradora Promovida não costuma lançar propostas de acordos sem a prévia produção de prova pericial, nos termos do artigo 334, § 5º do Novo Código de Processo Civil, o Autor, desde já manifesta, pela natureza do litígio, não ter interesse na autocomposição, sendo oportuno retardar tal tentativa, por ocasião da instrução do processo.

## **2. DO ESCORÇO FÁTICO**

---

No dia 30/10/2018, o autor conduzia a motocicleta de placa QSB-2056/PB pelo bairro do Cabo Branco, nas proximidades da mata, mais precisamente atrás do Hotel Ibis, momento em que foi atingido por um veículo de placa não identificada que trafegava na outra faixa e no momento este

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

atropelou um animal que atravessava a pista, em consequência veio atingir o Autor, fazendo com que o mesmo perdesse o controle de sua motocicleta e colidisse contra outro veículo que se encontrava estacionado na Avenida, chegando o promovente a capotar sua motocicleta e, em decorrência de tal fato, caiu sobre o solo, e foi socorrido e encaminhado ao Complexo Hospitalar Mangabeira - Trauminha, nesta cidade, conforme narrado **na ocorrência policial anexa**.

Em decorrência do referido sinistro restou-lhe **FRATURA DOS OSSOS DO CARPO ESQUERDO**, que lhe ocasionou sequela definitiva consoante laudo médico emitido pela Dr<sup>a</sup>. Rosângela M. Escorel Almeida CRM – 3883/PB, e demais documentação probatória acostada aos autos.

Sendo assim, com respaldo na Lei nº. 11.482/2007, **o Promovente formulou o pedido administrativo sob o nº. 3190572303**, perante a Seguradora Promovida, no escopo de receber a indenização que lhe é devida por força do Seguro DPVAT.

Porém, em flagrante desrespeito aos parâmetros legais exigidos para a graduação da invalidez sofrida pelo Promovente e em total discrepância com a documentação hospitalar apresentada, após ser submetido ao exame pericial realizado por médico indicado pela própria Promovida, esta somente lhe pagou a importância de **R\$ 945,00 (Novecentos e quarenta e cinco reais)**.

Restando evidente que o montante pago administrativamente pela Segurado Ré não condiz com a gravidade das lesões que acometeram o Promovente, não lhe resta outra alternativa, senão bater as portas do Poder Judiciário para fazer jus ao que lhe é devido, ou seja, a complementação da indenização do seguro DPVAT, **montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, devidamente atualizado a partir do evento danoso.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

---

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor que poderia ser recebido por este em caso de invalidez permanente é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) conforme determina a Lei nº 6.194/74.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Sendo que essa mesma lei prevê que a indenização seja paga de forma gradativa a repercussão da lesão em conformidade com artigo 3º §1º:

Art.3º

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com





# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Nesse caso é imprescindível que seja realizada Perícia Judicial, para adequar a invalidez do Promovente a tabela contida na Lei nº 6.194/74, para que o pagamento seja feito de forma correta e justa, em conformidade com artigo 464 do CPC, sendo essencial a designação de um especialista para uma melhor avaliação.

Sendo entendimento do Tribunal de Justiça do Ceará a necessidade da Perícia conforme ementa abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO. QUITAÇÃO. INTERESSE DE AGIR SUBSISTENTE. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADAÇÃO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL DESDE 1992. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. 1. A quitação do pagamento administrativo efetuado pela Seguradora não traduz renúncia, pelo beneficiário, da diferença entre o montante reputado devido e o recebido, subsistindo o interesse para ajuizar ação de cobrança de quantia complementar. 2. Em ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, é indispensável restar comprovado o grau da lesão para definição da quantia devida, visto que o pagamento proporcional ao dano pessoal provocado pelo acidente de trânsito é possível desde 1992, ante a alteração da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441, daquele ano. 3. Verificando o Tribunal de Justiça a necessidade de instrução processual para

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



resolução da causa, é impossível o julgamento antecipado da apelação embasado na carência de prova, sob pena de cerceamento de defesa e violação ao princípio da bo fé objetiva. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida unicamente para firmar a convicção de que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau de invalidez permanente, com subsequente cassação da sentença e determinação de envio dos fólios ao juízo singular para regular dilação probatória e prolação de novo decisório, prejudicados os demais pontos de insurreição. (TJCE, Ap. Cível. 2414-09.2010.8.06.0056, Rel. Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado 29/08/2011, Dje 06/09/2011).

Sendo assim, há valor a ser recebido pelo Promovente, diante do pagamento a menor por parte da Seguradora.

### **3.1 DO DIREITO A ATUALIZAÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO**

---

Ocorre, que desde a alteração da lei 6.194/74, promovida pela MP 340 de 29/12/2006, convertida na Lei 11.482/07 (alterando o teto de 40 salários mínimos para R\$ 13.500,00), não foram introduzidos mecanismos de correção do teto indenizatório. Reduzindo a capacidade indenizatória.

A ausência da correção do teto indenizatório implica na desvalorização do valor indenizatório.

Diante do exposto considerando a natureza eminentemente social do seguro DPVAT, tem-se como uma necessidade a respectiva atualização. O equilíbrio deve ser restabelecido.

Essa atualização faz-se necessária, visto que a mesma não importa em acréscimo no valor originário, atuando tão somente como mecanismo de compensação dos efeitos da inflação, impedindo, assim, a desvalorização do valor real da moeda. O valor da indenização deve ser atualizado desde a data do acidente até a data do recebimento, conforme entendimento do STJ em recurso repetitivo.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Destarte, a correção monetária é simples manutenção do valor da moeda, em face da incidência do tempo, evitando, desta forma, a sua desvalorização. Com isto não acarretará prejuízo ao segurado, bem como enriquecimento sem causa em favor da seguradora.

Neste sentido, cito a Decisão do STJ, julgada sob o rito de recurso repetitivo.

**RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.** 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. **RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

(STJ - REsp: 1483620 SC 2014/0245497-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 27/05/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/06/2015).

A correção é mecanismo de extrema importância e deve ser implementada. A ausência deste instrumento só beneficia a seguradora, e apesar de em alguns casos o valor ser pequeno, não deixa ainda assim de ser um direito do Beneficiário da Indenização.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

## 4. DOS PEDIDOS

---

*Diante todo o exposto requerer:*

- a) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao Promovente, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- b) Requer que determine a citação da Demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- c) A procedência da ação, determinando que a parte Demandada efetue o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor correspondente a invalidez permanente no importe de R\$ 12.555,00 (doze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) acrescidos de juros e atualização monetária a contar da data do evento danoso;
- d) A condenação da parte Promovida nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitradas por Vossa Excelência nos termos do artigo 85 do CPC;
- e) Seja fixada a competência territorial segundo os critérios estabelecidos pela Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça;
- f) A parte Promovente opta pela não realização de audiência de conciliação nos termos do artigo 319 inciso VII do CPC;

## DAS PROVAS

---

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Protesta pela apresentação de todos os meios de provas em direito admitidos, além dos documentos acostados a essa Exordial, bem como e sobretudo, pela produção de prova pericial.

Dá-se a causa o valor de R\$ 12.555,00 (doze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 07 de novembro de 2019.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**  
**OAB/PB 12.554**

**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**  
**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcouthoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# Cabral & Coutinho

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Luiz Eduardo Justino Franca

menor, representado por seu representante legal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ brasileiro (a); estado civil: Solteiro;

profissão: leitor; portador(a) do RG nº 4.047.444;

inscrito (a) no CPF sob o nº. 116.832.424-67, residente e domiciliado (a) à Rua

Sen. de Lucena, nº 205, Centro Cidade João Pessoa, UF PB.

**OUTORGADO(S):** OS ADVOGADOS **IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - OAB/PB 12.554; ROBERTO GERMANO BEZERRA CAVALCANTI JUNIOR - OAB/PB 10.217 e ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO OAB-PB 22.742** com escritório estabelecido à Av. Coremas, nº. 172, bairro do Centro, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba - CEP 58.013-430.

**FINALIDADE:** Defender os direitos e interesses do (a) outorgante, nas causas administrativas e judiciais em que figura no pólo ativo ou passivo, em especial para representá-la junto a JUSTIÇA CÍVEL DA COMARCA DE João Pessoa - PB.

**PODERES:** Amplos e ilimitados poderes, com a cláusula "AD JUDICIA", a fim de, em juízo ou fora dele, defender os direitos e interesses do (a) Outorgante, podendo, para tanto, formular pedidos, assinar petições e intimações, apresentar recursos nos Tribunais competentes e acompanhá-los até decisão final. Poderes especiais para peticionar junto a órgãos públicos, inclusive autarquias, empresas públicas e mistas, podendo, ainda, confessar, desistir, acordar, discordar, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação, levantar Alvará Judicial enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ficam os Outorgados autorizados, desde já, a proceder ao recebimento dos honorários profissionais na forma do artigo 22, § 4º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

João Pessoa-PB, 02 de Agosto de 2018.

Luiz Eduardo J. Franca  
OUTORGANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB

Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400

E-mail: ccf.advs@gmail.com



# Cabral & Coutinho

## DECLARAÇÃO

Pelo Presente Instrumento Particular:  
Luís Eduardo Justino Franco, brasileiro (a); menor, neste ato  
representado pelo seu representante (a) legal  
\_\_\_\_\_, brasileiro (a); estado civil: Solteiro;  
profissão: Coixa; inscrito (a) no CPF nº. 336.832.424-67  
portador (a) da cédula de identidade nº 4.047.444, residente e domiciliado  
(a) na Parque Solon de Lucena, nº 205, Centro cidade de João Pessoa  
UF PB.

Com fundamento no art. 1º da Lei nº 7.115/83, **declara** neste ato, sob sua  
inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, **ser pobre na  
acepção jurídica do termo**, enquadrando-se na concessão prevista na Lei nº  
1.060/50 e posteriores alterações, pois a sua "situação econômica" não lhe  
permite pagar as "custas" do processo e os "honorários de advogado" **sem  
prejuízo do sustento próprio ou da família.**

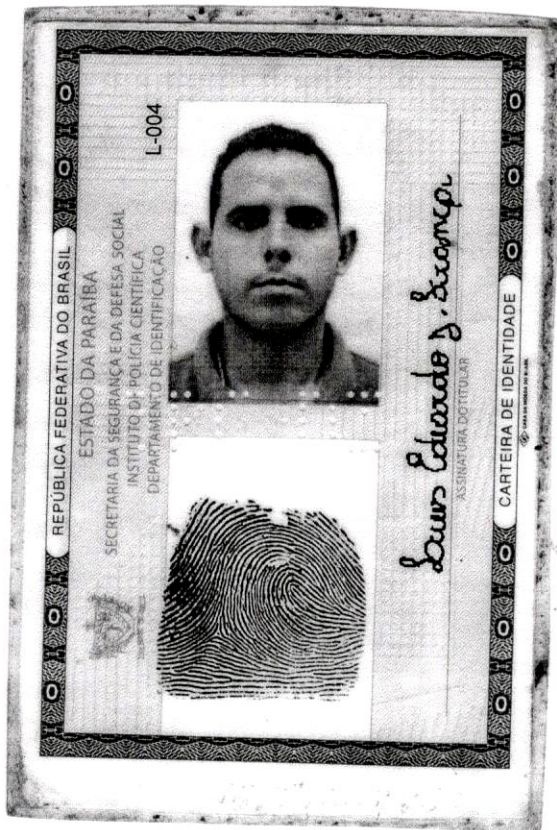
João Pessoa-PB, 02 de Agosto de 2019.

Luís Eduardo J. Franco  
DECLARANTE

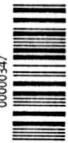
Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400  
E-mail: ccf.advs@gmail.com











CTC RECIFE PE PL6

PC-15

CAIO HENRIQUE JUSTINO FLOR  
PRQ SOLON DE LUCENA 205  
AP104 BL B - CENTRO  
58013-131 JOAO PESSOA - PB



Postagem: 30/07/2018  
Vencimento: 08/08/2018  
Emissão: 26/07/2018  
Fechamento próxima fatura: 03/09/2018

Titular **CAIO HENRIQUE JUSTINO FLOR**  
Cartão **6062.XXXX.XXXX.6915**

**Pra que esperar a fatura impressa chegar em casa? Mude já para a Fatura Digital. Ligue: 3003-3030. É rapidinho!**

vencimento	A) pagamento total R\$	B) pagamento para rotativo (a partir de) R\$	C) parcelas fixas R\$	D) pagamento mínimo para R\$ financiamento
<b>08/08/2018</b>	<b>548,71</b>	<b>82,31</b>	<b>53,32</b> +23x 53,32	<b>Não Disponível</b>

Nova opção de pagamento  
D) Pagamento mínimo para  
financiamento: quando disponível,  
o valor pago será considerado como  
entrada de um financiamento, e  
o saldo restante será dividido em  
parcelas fixas com juros iguais ao  
do parcelamento (Parcelas Fixas)  
da fatura. Se você efetuar um  
pagamento inferior ao pagamento  
mínimo para financiamento, você  
estará em atraso, incorrendo em  
juros, multa e mora.

#### Limites de crédito R\$

Limite total de crédito	1.250,00
Limite utilizado no mês	548,71
Retirada de recursos País(saque)	60,00

Consulte outras opções

#### Lançamentos: compras e saques

**JESSICA K S BRASILIANO (final 7741)**

DATA	ESTABELECIMENTO	VALOR EM R\$
05/05	ARMAZEM PARAIBA JOAO PESSOA	29,75
17/05	FARMACIA PAGUE MEN03/03 JOAO PESSOA	20,28
17/05	FARMACIA PAGUE MEN03/03 JOAO PESSOA	11,97
14/06	CASA PIO TEF JOAO PESSOA	18,94
14/06	MODA FAMOSA JOAO PESSOA	20,01
14/06	CASA PIO TEF JOAO PESSOA	- 0,06
14/06	MODA FAMOSA JOAO PESSOA	- 0,06
14/07	IGOS BURGUER JOAO PESSOA	33,00

Continua...

**Compra presencial**  
com o uso do cartão e senha.



**Banco Itaú S.A. 341-7**

**34191.75421 65224.122047 00173.090002 1 000**

Número do Documento

00142652241/0241117

Nome do Pagador/CPF/CNPJ

CAIO HENRIQUE JUSTINO FLOR - 110.094.644-69

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A - 03.012.230/0001-69

Endereço do Beneficiário

AV RUI BARBOSA, 251, 1-A, GRAÇAS - RECIFE - PE

Nosso Número

**recibo do pagador**

175/42652241-2

Valor do documento

R\$ 548,71

Vencimento

08/08/2018

Autenticação Mecânica

<b>Banco Itaú S.A.</b>		<b>341-7</b>	<b>34191.75421 65224.122047 00173.090002 1 000</b>	
Local de Pagamento				
Pague sua fatura nos caixas da Rede Walmart Brasil, ou em qualquer banco, mesmo após o vencimento. Prefira pagar sempre até o dia do vencimento para não gerar encargos e/ou rescisão contratual. Em caso de atraso, os encargos serão cobrados na próxima fatura.				
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ				
HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A - 03.012.230/0001-69				
AV RUI BARBOSA, 251, 1-A, GRAÇAS - RECIFE - PE				
Data do Documento	Número do Documento	Especie DOC.	Aquite	Data de Processamento
08/08/2018	00142652241/0241117	FT	N	26/07/2018
Uso do Banco	Carteira	Especie	Quantidade	Valor
	175	R\$		
Instruções de responsabilidade do beneficiário.				
Indique o valor que deseja pagar no campo "Valor Pago". Dê preferência ao pagamento total. Não sendo possível, você terá as seguintes opções: (i) Pagar quantia, a partir do valor constante na opção "Pagamento para Rotativo", financiando o restante pelo crédito rotativo; (ii) optar por umas das opções de "Parcelas Fixas", pagando o valor exato da parcela até a data do vencimento; ou (iii) se disponível, pagar valor a partir da opção "Pagamento mínimo para financiamento", financiando o restante da Fatura em parcelas iguais, com os mesmos juros de "Parcelas Fixas".				
Nome do Pagador /CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP				
CAIO HENRIQUE JUSTINO FLOR - 110.094.644-69				
PRQ SOLON DE LUCENA 205 - AP104 BL B - CENTRO - 58013-131 JOAO PESSOA - PB				
Sacador Avalista:				



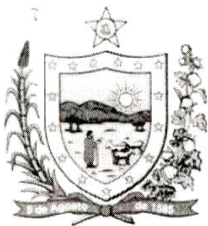
Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 07/11/2019 15:39:55

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110715393399800000025145495>

Número do documento: 19110715393399800000025145495



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
7ª Delegacia Distrital De Cabedelo



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

**N.º 110/2018**

**OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM LESÃO CORPORAL**

**CERTIFICO EM RAZÃO DE MEU OFÍCIO QUE ESTEVE NESTA DELEGACIA A PESSOA ABAIXO CITADA PARA COMUNICAR O SEGUINTE RELATO**

**COMUNICANTE:** LUIS ÉDUARDO JUSTINO FRANÇA **ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO **NATURALIDADE:** CAMPINA GRANDE-PB **PROFISSÃO:** CAIXA **DATA DE NASCIMENTO:** 09/01/1999 **IDADE:** 19 ANOS **RG:** 4.047.444 SSDS/PB **CPF:** 116.832.424-67 **FILIAÇÃO:** JOSUÉ LUCENA DE FRANÇA E MARIA DO SOCORRO JUSTINO **ENDEREÇO:** PARQUE SOLÓN DE LUCENA, Nº. 205, APTO 104, BLOCO B, CENTRO, JOÃO PESSOA-PB, CEP 58.013-131 **TELEFONE:** 83-99633-9418 **GRAU DE INSTRUÇÃO:** ENSINO MÉDIO COMPLETO **COR DA PELE:** MORENO **DIA DO OCORRIDO:** 30/10/2018 **LOCAL DO FATO:** BAIRRO DO CABO BRANCO, JOÃO PESSOA-PB

**NARRATIVA:** LUIS EDUARDO JUSTINO FRANÇA AFIRMA QUE NO DIA 30/10/2018 POR VOLTA DAS 19:30H QUANDO CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA/CG 160 START, DE PLACA QSB-2056/PB, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, DE COR PRETA, DE SUA PROPRIEDADE PELO BAIRRO DO CABO BRANCO, NAS PROXIMIDADES DA MATA, MAIS PRECISAMENTE ATRÁS DO HOTEL IBIS, MOMENTO EM QUE FOI ATINGIDO POR UM VEÍCULO DE PLACA NÃO IDENTIFICADA QUE TRAFEGAVA NA OUTRA FAIXA E NO MOMENTO ESTE ATROPELOU UM ANIMAL QUE ATRAVESSAVA A PISTA, EM CONSEQUÊNCIA VEIO ATINGIR O NOTICIANTE, FAZENDO COM QUE O MESMO PERDESSE O CONTROLE DE SUA MOTOCICLETA E COLIDISSE CONTRA OUTRO VEÍCULO QUE SE ENCONTRAVA ESTACIONADO NA AVENIDA, CHEGANDO O NOTICIANTE CAPOTAR SUA MOTOCICLETA. O NOTICIANTE FOI SOCORRIDO E ENCAMINHADO AO COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA - TRAUMINHA, ONDE TEVE O SEU ATENDIMENTO REALIZADO AS 20:45 H E SIDO DIAGNOSTICADO COM DIVERSAS LESÕES, **CONFORME DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA**. POR ESTE MOTIVO NOTICIOU O FATO. O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ.

COMUNICANTE:

*Luís Eduardo Justino França*



Elaborado por: **VANILDO WANDERLEY LINS FILHO**, Policial Civil.

Cabedelo-PB, 23 de novembro de 2018

*Vanildo Wanderley Lins Filho*  
**Vanildo Wanderley Lins Filho**  
Agente de Investigação-Polícia Civil  
Matrícula 156.268-1





## CERTIDÃO

Nº. 0393/2019

Atendendo solicitação de ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº177610 e prontuário nº 2018.10.4573 pertencente a **LUIS EDUARDO JUSTINO FRANÇA** que foi atendido dia 30/10/2018 às 20h45min, vítima de colisão moto x carro, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido à avaliação médica, e exame de imagem que evidenciou fratura do ossos do carpo esquerdo. Procedimento cirúrgico dia 01/11/2018 e alta medica dia 14/11/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 29 de março de 2019

Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3883

*Rosângela M. Escorel Almeida*  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM-PB 3883





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: ( ) CNPJ:

Ficha Nr: 177610

Atd: Nao Regulac

Data: 30/10/2018

Hora: 20:45:51

Recepcionista: GABRIELA DA COSTA SERRA

Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

Num. Prontuario: 2018.10.004573

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 4047444 Fone: 996339418

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 09/01/1999 Id: 19 ano(s)

End.: NAO INFORMADO,00

Bairro: CAMBOINHA Cidade: CABEDELO UF: PB

Mae: MARIA DO SOCORRO JUSTINO

Pai: JOSUE LUCENA DE FRANCA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: OFFICE-BOY

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

Tel/Dom. Responsavel: 996339418 / IDENTIDADE: 4047444

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: COLISAO MOTOXCARRO AS 20.00/TAMBAU

vitima de violência por: NAO

[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: VERMELHO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave

[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao

[ ] Hemorragia [ ] Dispneia

[ ] Diarreia [ ] Agitado

[ ] Regular [ ] Chocado

[ ] Vomito

Observacao

Queixa Principal

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM TRAUMA EM

Historia - Exame Fisico (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

Dr. Rômulo Soares de Castro  
033.002833 CRM/PB 2833  
CPF: 181.635.111



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia      ☐ Transferido      ☐ Desistencia      ☐ UTI  
☐ Alta a pedido      ☐ Enfermaria      Obito: ☐ Atestado      ☐ SVO      ☐ IML

*Luiz Eduardo S. Sampaio*

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico





## FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: <u>Luci Eduardo Pessoa França</u>		Data da Admissão: <u>30/10/18</u>	
Prontuário: _____	Idade: _____	Enfermaria: _____	Leito: _____
Nome da Mãe: _____			
Endereço: _____		Bairro: _____	
Cidade: _____	Estado: _____	Fone: _____	Profissão: _____
Sexo: F ( ) M ( )	Cor: _____	Estado Civil: _____	Religião: _____
Escolaridade: _____	Data de Nascimento: ____/____/____		
QPD: <u>Do em Puro 5 Ha 0.1m</u>			
HDA: <u>Pw vítima de Queda 25 minutos com</u> <u>25 5 - não o Puro 5</u>			
Medicações em uso: _____			
<b>Interrogatório Sintomatológico:</b>			
<b>Geral:</b> [ ] Febre [ ] Astenia [ ] Anorexia [ ] Perda de Peso ____ Kg em ____ [ ] Prurido [ ] Sudorese [ ] Calafrios [ ] Alopecia [ ] Adenomegalias [ ] Icterícia [ ] Tonturas [ ] Outros: _____			
<b>Pele:</b> _____			
<b>Cabeça e Pescoço:</b> [ ] Cefaléia [ ] Espirros [ ] Rinorréia [ ] Obstrução Nasal [ ] Epistaxe [ ] Dor de Garganta [ ] Bócio [ ] Rouquidão [ ] Disfagia Audição: _____ Visão: _____			
<b>AR e ACV:</b> [ ] Dor _____ [ ] Tosse [ ] Expectoração [ ] Hemoptise [ ] Dispneia [ ] Palpitações [ ] Desmaio [ ] Cianose [ ] Edema _____ Outros: _____			
<b>ABD:</b> [ ] Dor _____ [ ] Pirose [ ] Solução [ ] Regurgitação [ ] Hematêmese [ ] Náuseas [ ] Vômitos [ ] Dispepsia [ ] Diarréia [ ] Melena [ ] Enterorragia [ ] Constipação [ ] Aumento de volume			
<b>AGU:</b> [ ] Disúria [ ] Incontinência [ ] Retenção [ ] Poliúria [ ] Oligúria [ ] Noctúria [ ] Hematúria [ ] Mal Cheiro [ ] Corrimento [ ] Outras: _____			
<b>SME:</b> [ ] Dor _____ [ ] Rigidez pós-reposou [ ] Deformidades [ ] Artralgia [ ] Calor [ ] Rubor [ ] Edema [ ] Crepitação [ ] Fraqueza [ ] Atrofia [ ] Espasmos			
<b>SN e PSQ:</b> [ ] Insônia [ ] Sonolência [ ] Convulsões [ ] Motricidade e Sensibilidade _____ [ ] Amnésia [ ] Libido [ ] Humor			

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



**Antecedentes Pessoais e Hábitos:**

Doenças Anteriores: \_\_\_\_\_

Alergias: \_\_\_\_\_ [ ] HTF

Cirurgias: \_\_\_\_\_

[ ] HAS [ ] DM [ ] TB [ ] HEP [ ] Dislipidemia [ ] Banho de Rio [ ] Casa de Taipa \_\_\_\_\_

[ ] Trauma \_\_\_\_\_ [ ] Neo \_\_\_\_\_ [ ] Tabagismo \_\_\_\_\_

[ ] Alcoolismo \_\_\_\_\_

Exercício Físico: \_\_\_\_\_ Alimentação \_\_\_\_\_

**Antecedentes Familiares:**

HAS \_\_\_\_\_ DM \_\_\_\_\_ TB \_\_\_\_\_ NEO \_\_\_\_\_

Dislipidemias \_\_\_\_\_

**Exame Físico:**

Peso: \_\_\_\_\_ Kg Altura: \_\_\_\_\_ m IMC = \_\_\_\_\_ PA = \_\_\_\_\_ mmHg

FC = \_\_\_\_\_ FR = \_\_\_\_\_ TEMP(°C) = \_\_\_\_\_

Geral: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): \_\_\_\_\_

Gânglios: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

ACV: \_\_\_\_\_

AR: \_\_\_\_\_

ABD: \_\_\_\_\_

AGU: \_\_\_\_\_

SME: \_\_\_\_\_

SN: \_\_\_\_\_

Resultados de Exames Complementares: \_\_\_\_\_

Hipóteses Diagnósticas: *Fx. Lombar na região do 12º e 13º*Conduta: *Insone p/ 150 um**Dr. Thales Farias*  
*CRM 1799*





## RELATÓRIO DE CIRURGIA

<b>Nóme:</b> Luis Eduardo Justino Franco				<b>Registro:</b>	
<b>Idade:</b> 19	<b>Sexo:</b> M	<b>Cor:</b>	<b>Clínica:</b>	<b>EMP:</b>	<b>LR:</b>
<b>Data:</b> 05/11/18	<b>Cirurgião:</b> Dr. Tiberio			<b>1º Assistente:</b>	
<b>2º Assistente:</b>		<b>3º Assistente:</b>		<b>Instrumentador:</b>	
<b>Anestesista:</b>		<b>Tipo Anestesia:</b>		<b>Horário:</b> I:	T:
<b>DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO</b>				<b>CID</b>	
fratura - base do tranexcefalica					
ex-					
<b>DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO</b>				<b>CID</b>	
0 mm					
<b>PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)</b>				<b>CÓDIGO</b>	
Reduzimento sob sedação					
<b>Acidente durante Ato Cirúrgico</b> 1 ( ) Sim 2 (✓) Não				<b>Descreva:</b>	
<b>Biópsia de Congelação:</b> 1 ( ) Sim 2 (✓) Não					
<b>Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:</b> 1 (✓) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

### Posição e Preparo:

1. Pac. em DOR sob sedar-

### Incisão:

### Achados:

2. No exame: Fratura lateral transstilo-transcapo-  
gerbena exp.

### Conduta:

3. Reduzimento e fixação do escape  
} Imob. fixa  
5. Rx central  
6. A referir a grande Hte definitiva

### Fechamento:

### OBS:

Data:

01/11/18

Dr. Tibério Vanomark  
Ortopedia / Cirurgia da Mão  
CRM-PB 8252 / TEOT 14840

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



## **SINISTRO 3190572303 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO**

**PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev Previdência

S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

**CPF/CNPJ:** 11683242467

### **Posição em 31-10-2019 13:04:33**

Os dados bancários foram atualizados e a Seguradora Líder-DPVAT está providenciando uma nova tentativa de liberação deste pagamento.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
31/10/2019	R\$ 945,00	R\$ 0,00	R\$ 945,00



SEGUE PETIÇÃO DE JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL  
DE MANGABEIRA/PB

Processo nº. 0810237-13.2019.8.15.2003

**LUIS EDUARDO JUSTINO FRANÇA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por seus advogados, em atendimento à determinação judicial requerer a juntada da **GUIA DE CUSTAS PROCESSUAIS**.

Desta feita, **reitera** o pedido de que sejam concedidos ao Autor os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, propugnando pela **PROCEDÊNCIA** da ação em todo o seu teor.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 07 de novembro de 2019.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**

**OAB/PB 12.554**

**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**

**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.0.19.33580/01
			<b>Data de emissão:</b> 07/11/2019
<b>Nº do Processo:</b> 0847282-57.2019.815.2001	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 30/11/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.633580 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,63
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 6.328,75 <b>Promovente:</b> JOAO BATISTA VASCONCELOS - Taxa Judiciária: R\$ 1.883,33 - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,53 <b>Promovido:</b> BANCO DO BRASIL SA - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 8.295,95
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000824 959509283187 520191130209 001933580019 			<b>Valor final:</b> R\$ 8.295,95

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.0.19.33580/01
			<b>Data de emissão:</b> 07/11/2019
<b>Nº do Processo:</b> 0847282-57.2019.815.2001	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 30/11/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.633580 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,63
<b>Promovente:</b> JOAO BATISTA VASCONCELOS <b>Promovido:</b> BANCO DO BRASIL SA			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,53 - 1x Citação (MANGABEIRA I - VII) R\$ 82,53			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 8.295,95
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 8.295,95

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.0.19.33580/01
			<b>Data de emissão:</b> 07/11/2019
<b>Nº do Processo:</b> 0847282-57.2019.815.2001	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 30/11/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.633580 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,63
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 6.328,75 <b>Promovente:</b> JOAO BATISTA VASCONCELOS - Taxa Judiciária: R\$ 1.883,33 - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,53 <b>Promovido:</b> BANCO DO BRASIL SA - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 8.295,95
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000824 959509283187 520191130209 001933580019 			<b>Valor final:</b> R\$ 8.295,95





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0810237-13.2019.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar* documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 8 de novembro de 2019.

**DANIELLE PONCE LEON MEDEIROS BESSA**

Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0810237-13.2019.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar* documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 8 de novembro de 2019.

**DANIELLE PONCE LEON MEDEIROS BESSA**

Técnico Judiciário



SEGUE MANIFESTAÇÃO ANEXA





# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA  
DISTRITAL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA - PB.**

**Processo nº. 0810237-13.2019.8.15.2003**

**LUÍS EDUARDO JUSTINO FRANÇA**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio dos seus advogados e procuradores devidamente constituídos, em atendimento ao despacho exarado no ID 26039756, vem à presença de V. Exa. expor e requerer o que se segue:

Muito embora tenha constado na qualificação aposta à peça exordial, que à época do ajuizamento da presente ação, o Promovente exercia o ofício de caixa, insta esclarecer que o referido trabalho era informal, ou seja, sem registro em sua CTPS e que atualmente, o Autor não possui vínculo de emprego, nem tampouco renda declarada, conforme se depreende do extrato de CNIS, ora anexo.

Diante de tal realidade, se torna crível que nestas condições não disponha o Promovente de outros meios documentais para comprovar a sua situação financeira, senão através da declaração de hipossuficiência firmada e carreada aos autos, onde o mesmo se declara “pobre na forma da Lei”, assumindo o ônus de sofrer as penalidades jurídicas por eventual falsidade em sua afirmação.

Ora, é de conhecimento geral que o Estado da Paraíba possui as mais elevadas custas processuais, o que faz total discrepância com o poder aquisitivo da maioria da sua população, não sendo diferente com o que ocorre com o Demandante, uma vez que, caso seja obrigado a arcar com a vultosa

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

quantia de **R\$ 1.285,45 (mil duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)** como condição para ingressar com a presente ação, tal fato poderá comprometer significativamente a sua própria subsistência e a dos que dele dependem (Guia de custas processuais anexas).

Como se sabe, a lei exige para que a parte obtenha os benefícios da assistência judiciária gratuita, tão somente a sua simples afirmação na petição inicial de que não está em condições de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou da sua família.

Isto é, a declaração de insuficiência econômica é presumida verdadeira podendo ser feita por simples afirmação do declarante ou do seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim, nos termos do artigo 99 §3º do CPC.

Neste viés, a própria Constituição Federal, não impõe ao necessitado o ônus de provar sua incapacidade financeira, sob pena de inevitável restrição do acesso à justiça, consagrado como direito fundamental (CF/88, art. 5º, XXXV).

Desse modo, a simples declaração de insuficiência de recursos feita pela pessoa natural é eficaz para incidir a presunção legal ou judicial.

Ademais, importante destacar, o juiz somente pode indeferir o pedido de concessão do benefício da justiça gratuita se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade.

Dito isto, **reitera** o pedido de que sejam concedidos ao Autor os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, propugnando pela **PROCEDÊNCIA** da ação em todo o seu teor.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 10 de dezembro de 2019.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**  
**OAB/PB 12.554**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinheadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**  
**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcouthoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com





**INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais**  
**Extrato Previdenciário**

Página 1 de 1

19/11/2019 10:16:09

**Identificação do Filiado**

**NIT:** 268.54162.34-1

**CPF:** 116.832.424-67

**Nome:** LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

**Data de nascimento:** 09/01/1999

**Nome da mãe:** MARIA DO SOCORRO JUSTINO



Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>  
com o código 191119OAKZ2094


O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 10/12/2019 12:28:45  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121012284093000000025995956>  
Número do documento: 19121012284093000000025995956

Num. 26927316 - Pág. 1

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.2.19.37772/01
			<b>Data de emissão:</b> 10/12/2019
<b>Nº do Processo:</b> 0810237-13.2019.815.2003	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.637772 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,66
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 <b>Promovente:</b> LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA - Taxa Judiciária: R\$ 188,33 - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,58 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.285,45
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000128 854509283180 520191231205 021937772016 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.285,45

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.2.19.37772/01
			<b>Data de emissão:</b> 10/12/2019
<b>Nº do Processo:</b> 0810237-13.2019.815.2003	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.637772 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,66
<b>Promovente:</b> LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,58 - 1x Citação (MANGABEIRA I - VII) R\$ 82,58			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.285,45
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.285,45

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.2.19.37772/01
			<b>Data de emissão:</b> 10/12/2019
<b>Nº do Processo:</b> 0810237-13.2019.815.2003	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.637772 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,66
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 <b>Promovente:</b> LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA - Taxa Judiciária: R\$ 188,33 - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,58 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.285,45
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000128 854509283180 520191231205 021937772016 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.285,45



**PROCESSO NÚMERO - 0810237-13.2019.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR:** LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

Advogado do(a) AUTOR: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - PB12554

**RÉU:** BRADESCO SEGUROS S/A

---

### **DESPACHO**

Analisando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor informou exercer a função de Caixa de estabelecimento comercial (ID 26022592 e ID 26022950), não dispondo de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 26927328) é de R\$ 1.285,45 (um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual **DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA** à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**



**PROCESSO NÚMERO - 0810237-13.2019.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR:** LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

Advogado do(a) AUTOR: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - PB12554

**RÉU:** BRADESCO SEGUROS S/A

---

### **DESPACHO**

Analisando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor informou exercer a função de Caixa de estabelecimento comercial (ID 26022592 e ID 26022950), não dispondo de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 26927328) é de R\$ 1.285,45 (um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual **DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA** à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.





[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**MANDADO DE CITAÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA)**

**Nº DO PROCESSO: 0810237-13.2019.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte promovida:  
**N o m e :                    B R A D E S C O                    S E G U R O S                    S / A**  
**Endereço: R JOSEFA TAVEIRA, 314, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:**  
**5 8 0 5 5 - 0 0 0**

para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.  
Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

João Pessoa/PB, 16 de janeiro de 2020.

De ordem, DANIELLE PONCE LEON MEDEIROS BESSA  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19110715393010600000025145486



**PODER JUDICIÁRIO DO BRASIL**

**Justiça Estadual da Paraíba**

Comarca da Capital

1ª Vara Regional de Mangabeira

---

**CERTIDÃO DE CITAÇÃO DO RÉU**

Certifico que, por determinação legal do retro Juízo, e ainda por estrito cumprimento do dever legal, no dia 25 de janeiro do corrente ano me dirigi ao endereço indicado no mandado, e aí estando, às 14:26 horas, CITEI a pessoa jurídica demandada, BRADESCO SEGUROS S/A, na pessoa de PATRÍCIA MICHELE ALVES LIMA, dando-lhe conhecimento de todo conteúdo do mandado, que lhe li e do qual ficou ciente. Dei-lhe a contrafé, que aceitou.

A citada lançou ao mandado o seu "ciente".

O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa/PB, Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006.

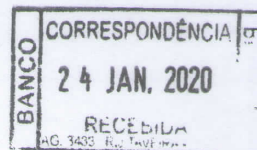
@EduChagas10







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL



as 14:26h

*Luiz*

9355645

*Patrícia M. A. Lima*

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**MANDADO DE CITAÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA)**

Nº DO PROCESSO: 0810237-13.2019.8.15.2003  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
AUTOR: LUIS EDUARDO JUSTINO FRANCA  
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte promovida:

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: R JOSEFA TAVEIRA, 314, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58055-000

para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertência do art. 344, do CPC.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

João Pessoa/PB, 16 de janeiro de 2020.

De ordem, DANIELLE PONCE LEON MEDEIROS BESSA  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19110715393010600000025145486



Assinado eletronicamente por: DANIELLE PONCE LEON  
MEDEIROS

16/01/2020 15:33:10

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 27502338



20011615331016800000026539548

imprimir

